

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

HELENA POTIRA MARTINS HARTHMANN

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DIANTE DA PRÁTICA DE PLÁGIO NO MEIO
ACADÊMICO**

Porto Alegre

2022

HELENA POTIRA MARTINS HARTHMANN

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DIANTE DA PRÁTICA DE PLÁGIO NO MEIO
ACADÊMICO**

Monografia desenvolvida como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jussara Borges

Porto Alegre

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos André Bulhões

Vice-Reitora: Patrícia Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Ana Maria Moura

Vice-Diretora: Vera Regina Schmitz

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Chefia Substituta: Samile Andréa de Souza Vanz

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia Dias

Coordenadora Substituta: Prof^ª. Me. Helen Rose Flores de Flores

CIP - Catalogação na Publicação

Harthmann, Helena
COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DIANTE DA PRÁTICA DE
PLÁGIO NO MEIO ACADÊMICO / Helena Harthmann. -- 2022.
52 f.
Orientadora: Jussara Borges.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Plágio. 2. Plágio acadêmico. 3. Competência em
informação. I. Borges, Jussara, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - FABICO

Rua Ramiro Barcelos, nº 2705, Prédio 22201

CEP: 90035-007 Porto Alegre - RS

Telefone: (51) 3308-5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

HELENA POTIRA MARTINS HARTHMANN

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DIANTE DA PRÁTICA DE PLÁGIO NO MEIO
ACADÊMICO**

Monografia desenvolvida como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jussara Borges

Aprovado em ____ de _____ de 2022.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Jussara Borges (Orientadora) - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Marlise Maria Giovanaz - UFRGS

Prof^a. Ma. Susane Santos Barros - UFBA

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Daniel Harthmann e Janice Martins por me incentivarem a ser sempre curiosa pela informação e pesquisa. À minha família, avós, tios, tias e primos por sempre estarem presentes e confiarem na minha formação.

À minha orientadora, Jussara Borges, pela oportunidade de aprendizagem, pelo compartilhamento do amor às competências infocomunicacionais. Não poderia deixar de agradecer também a todos os integrantes do grupo de pesquisa InfoCom que atuaram constantemente como um papel fundamental para a realização deste trabalho.

Ao meu companheiro, Vinicius Bruno, por entender meus momentos de estresse e estar ao meu lado sempre, me dando muito carinho e chocolate.

Minhas melhores amigas: Aline Lied, Carine Carazzo, Flávia Pereira, Joyce Lopes, Lahis Vargas, Nathália Acosta e Thainá Iarto, vocês são maravilhosas. Obrigada por sempre torcerem por mim e me ajudarem sempre sem hesitar. Meus melhores amigos: Gustavo Agnes e Isaac Kesser, por contribuírem em diversos momentos da minha vida de diferentes formas, inclusive para a conclusão deste trabalho.

Amigos da Biblioteca da FMP, da Símio Tecnologia, do IFRS e amigos e da OTROPORTO: obrigada por todo o conhecimento compartilhado, por todas as risadas, por toda a experiência que vocês me proporcionaram. Sem vocês eu não teria chegado até aqui, junto a oportunidade de exercer essa profissão que tanto amo.

Meus incríveis amigos que a UFRGS me trouxe: Camila Nobre, Gabriel Baum e Nathalia Acosta, amo vocês. Camila Martineli, Dalvyn Henrique, Eduarda Cunha, Eduardo Hayden e Helena Anselmo, queridos amigos de reta final de curso, aprendi muito com vocês.

Por fim, mas não menos importante, à minha psicóloga, Éwerllyn. Sem você eu não teria conseguido aprender diversas técnicas que me possibilitaram realizar essa pesquisa, e me divertindo tanto nas nossas conversas semanais.

*“Pois quando a gente entende que não entende alguma coisa é que a gente
está prestes a entender tudo.”*

O Dia do Curinga, Jostein Gaarder (1996).

RESUMO

Este trabalho refere-se à busca da relação entre a competência em informação e o plágio no meio acadêmico, trazendo quais são os tipos de plágio, como identificá-los, e quais os efeitos e as ações deste na constituição brasileira. Ainda é discutido como a competência em informação pode auxiliar um indivíduo a evitar a incidência do plágio no meio acadêmico. A metodologia é de natureza aplicada e possui uma abordagem qualitativa, contando com a coleta de diversos tipos de dados, elaborado a partir de materiais já publicados a fim de desenvolver conceitos e ideias sobre o assunto pesquisado. Finaliza-se este estudo com o entendimento de que a competência em informação é essencial para um indivíduo realizar trabalhos de cunho acadêmico sem que incorra no plágio.

PALAVRAS-CHAVE: Competência em informação. Plágio. Plágio acadêmico.

ABSTRACT

This work refers to the search of the relationship between information competence and plagiarism in academia, bringing what are the types of plagiarism, how to identify them, and what are the effects and actions of this in the Brazilian constitution. It is also discussed how information competence can help an individual to avoid the incidence of plagiarism in the academic environment. The methodology is of an applied nature and has a qualitative approach, counting on the collection of several types of data, elaborated from already published materials in order to develop concepts and ideas about the researched subject. This study ends with the understanding that information competence is essential for an individual to carry out academic work without incurring in plagiarism.

KEYWORDS: Information literacy. Plagiarism. Academic plagiarism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Conceitos relacionados ao plágio.....	24
Figura 2 –	Postagem no <i>Twitter</i> de Thomas Conti sobre Decotelli.....	38
Figura 3 –	Interação de competência: conhecimento, habilidade e atitude...40	
Figura 4 –	Interrelação de competência em comunicação e competência e em comunicação	41
Figura 5 –	Categoria de Competências Infocomunicacionais.....	42
Figura 6 –	Dicas para os bibliotecários.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas da pesquisa bibliográfica.....	18
Quadro 2 – Busca nas bases de dados.....	19
Quadro 3 – Seleção dos materiais após exclusão.....	20
Quadro 4 – Seleção final.....	21
Quadro 5 – Comparação de registros recuperados.....	21
Quadro 6 – Obras protegidas pela lei de direitos autorais.....	30
Quadro 7 – Obras não protegidas pela lei de direitos autorais.....	31
Quadro 8 – Tipos de plágio e como identificá-los.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS

BC	Biblioteca Central
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COINFO	Competência em Informação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
INSPER	Instituto de Ensino e Pesquisa
PL	Projeto de Lei
PL-SP	Partido Liberal de São Paulo
RS	Rio Grande do Sul
SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CONFORMAÇÃO DA PESQUISA.....	14
2.1	Identificação do problema.....	14
2.2	Objetivos.....	16
2.3	Justificativa.....	16
2.4	Percurso metodológico.....	17
<i>2.4.1</i>	<i>Metodologia de apuração de Referencial Teórico.....</i>	<i>18</i>
3	O QUE É O PLÁGIO.....	22
3.1	Aspectos éticos e legais sobre violação de direitos autorais na Constituição Brasileira.....	27
<i>3.1.2</i>	<i>Código Penal brasileiro: para pensar sobre o plágio.....</i>	<i>31</i>
<i>3.1.3</i>	<i>Tipos de plágio.....</i>	<i>34</i>
<i>3.1.4</i>	<i>Identificando o plágio.....</i>	<i>36</i>
4	A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O PLÁGIO.....	39
5	CONCLUSÃO.....	44
	REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

As opções de fontes de informação são cada vez mais numerosas, ampliando as possibilidades para as buscas de informação, ao mesmo tempo em que aumenta a necessidade de cuidado com o uso do conteúdo. Diversas dúvidas têm suas respostas encontradas na *internet*, seja usando o dispositivo celular, ou computador, cotidianamente essas informações tendem a ser reproduzidas, mas muitas vezes não há indícios de citação da fonte de onde a informação foi recuperada. A prática que hoje conhecemos também como “copia e cola” de conteúdos autorais sem a devida citação ao autor que se copia, configura o que conhecemos por plágio, e nem sempre um indivíduo está ciente de que realizar um trabalho acadêmico usando essa prática é ilegal, além de não ser o ideal para que ele desenvolva o pensamento crítico. Apesar de essa prática ser vista, por alguns, como algo comum, e que “não faz mal a ninguém”, no contexto acadêmico e profissional, o plágio pode resultar na expulsão de um aluno de uma universidade, ou em uma demissão por justa causa de algum cargo funcional.

O plágio configura crime segundo o Código Penal Brasileiro, Artigo 184¹, e pode gerar até mesmo a reclusão de um indivíduo. Contudo, o plágio nem sempre ocorre por má fé, mas sim por falta de informação. Assim, este trabalho pretende refletir sobre o plágio, principalmente por existirem diversos tipos de configurações desta prática, bem como maneiras de identificá-lo e enfrentá-lo.

Para evitar a prática de plágio em Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses, ao executar atividade acadêmica torna-se necessário dar crédito aos autores citados utilizando citações, de acordo com as normas de cada área, para embasamento de nossas argumentações. Ainda assim, o plágio pode ocorrer em diversos momentos durante o processo de escrita, intencionalmente ou não, considerando a facilidade para transcrever textos das diversas fontes disponíveis na internet. Krokosz (2014, p.55) define o plágio como um termo que “deriva de *Plagiarius*, sequestrar, e significa quebrar uma conexão entre o autor e a obra”.

A sede por informação é a chave para conhecermos novos assuntos e para termos embasamento quando falarmos sobre determinado tema. De acordo com

¹ Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

Lundstrom (2015, p. 61, tradução nossa) “talvez uma das mais essenciais habilidades de pesquisa seja a capacidade de sintetizar informações”, então, torna-se também necessário que um autor tenha a criatividade de elaborar algo diferente do que já foi dito por outra pessoa. Sendo assim, é possível associar a competência em informação (CoInfo) com a citação de Lundstrom (2015), pois este conceito promove a capacidade de compreensão e avaliação de determinada informação, levando o indivíduo a elaborar a sua própria expressão.

Existem, na área da Biblioteconomia, diversas maneiras de ensinar sobre informação e também sobre métodos de busca, a fim de evitar que um indivíduo tenha seu pensamento engessado, sem criatividade e sem métodos de pesquisa para tal. Diante disso, percebeu-se a necessidade de investigar como a relação competência em informação pode colaborar no enfrentamento ao plágio no meio acadêmico. A seguir, estão definidos, respectivamente, o problema de pesquisa, objetivos gerais e específicos, bem como a justificativa.

2 CONFORMAÇÃO DA PESQUISA

Este capítulo dedica-se à identificação do problema, objetivos, justificativa e a metodologia que constitui este trabalho.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

O avanço da tecnologia da Informação permitiu que fosse percebida uma grande quantidade de informações pervasivas² em diversas esferas, principalmente nas instâncias sociais. Por outro lado, a construção do conhecimento ou da formação de opinião das pessoas sobre determinado assunto pode, muitas vezes, ser impactada pelo excesso de informação, dando uma sensação de insegurança para produzir ou reproduzir uma informação. O acesso à internet permite que a quantidade de informação que é recebida e buscada pelas pessoas possa facilitar o uso antiético dessa informação, devido a uma série de fatores, como o desconhecimento informacional, transformando determinado conteúdo em uma cópia.

² Informação enquanto entidade e/ou processo presente em todas as nossas atividades (ARAUJO, 2021).

O uso antiético da informação é “o contrário da ética da informação, onde são estudadas questões normativas relacionadas com a criação, preservação, organização, acesso, apresentação e controle da informação” (MATHIESEN, 2015, p. 428). Ou seja, o indivíduo não está ciente de tudo o que percorre ao seu redor, e não são estudadas as maneiras de elaborar um trabalho sem incorrer no plágio, não por vontade própria, mas por conta desse desconhecimento de como controlar a informação recebida.

Além das questões éticas sobre o uso da informação, é importante fazer uma análise crítica sobre o uso do plágio por estudantes do ensino superior. Para isso, algumas perguntas carecem de respostas: Será que esse indivíduo está conseguindo gerir toda a informação que obtém? Será que ele obtém de fato informação para realização de determinado trabalho? Para que a pessoa possa ter uma apropriação da informação que pretende disseminar, Barreto (2009, p.3) diz que “todo ato de interpretação e apropriação é uma condição privada e de solidão fundamental onde o pensamento se refugia no âmago de uma privacidade.” Pode-se dizer então que a percepção acerca do que está sendo recebido é importante para assimilar a informação e poder (re)produzi-la da melhor maneira possível.

Será que há uma dificuldade na apropriação dessa informação que está sendo buscada para integrar um trabalho? Existe ainda uma questão que pode contribuir silenciosamente à prática de plágio: a ansiedade informacional, que é “o resultado cada vez maior entre o que compreendemos e o que achamos que deveríamos compreender. É o buraco negro que existe entre dados e conhecimento, e ocorre quando a informação nos diz o que queremos ou precisamos saber” (WURMAN, 1991, p.38).

Considerando diversas possibilidades de interferência na prática criativa e informacional de um indivíduo, de acordo com Lucca e Vitorino (2020, p. 24) a competência em informação, voltada para a investigação das “habilidades, atitudes e compreensão necessárias para identificar, avaliar e usar a informação, de acordo com as necessidades de informação de cada indivíduo, em estruturas formais ou não de informação”. Outrossim, também pode ser uma chave para auxiliar os estudantes a evitarem o ato de plágio, pois essa prática criativa e informacional de determinada pessoa é algo trabalhado continuamente, observando, interpretando, compartilhando, questionando, elaborando críticas, hipóteses e explicações (CAVALCANTE, 2006). Se conhecimentos teóricos não são obstantes, será que

outros conhecimentos, habilidades e atitudes podem ser relacionados com a competência em informação, a fim de adequar o entendimento de situações que caracterizam o problema plágio?

O plágio no meio acadêmico está presente de diversas formas, quer seja copiando o texto de forma literal ou recorrendo a paráfrases, quer traduzindo um texto escrito noutra língua sem mencionar o autor original, entre outras (TERRA, 2021). Tendo em vista a identificação do ato configurado como plágio, no campo acadêmico, uma grande preocupação surge sobre a capacidade de gerenciamento informacional dos indivíduos no momento de sua criação. E então, como promover saberes que favoreçam o pensamento crítico? Assim, o gerenciamento informacional também é um processo que está em constante desenvolvimento, requerendo dos indivíduos a competência em informação, para que um autor possa sentir-se seguro ao criar um material de cunho acadêmico, sem que incorra — querendo, ou não — no plágio.

Considerando os problemas acima expostos, esta pesquisa pode ser sintetizada como: **Quais os conhecimentos, habilidades e atitudes contribuem para a redução da prática de plágio no meio acadêmico?**

2.2 OBJETIVOS

Partindo das considerações do subcapítulo anterior, o estudo é guiado pelo seguinte objetivo geral: analisar qual a relação da competência em informação com a prática do plágio no meio acadêmico.

Buscando a realização do objetivo geral, seguem os objetivos específicos da pesquisa:

- a) Compreender o que é o plágio no meio acadêmico;
- b) Identificar os aspectos éticos e legais sobre violação de direitos autorais na Constituição brasileira

2.3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa pretende colocar em discussão se a competência em informação pode contribuir para que as pessoas se sintam mais seguras e

confiantes para citar e referenciar, quando desejarem, mas também para se apropriarem de conteúdos e produzirem determinada informação quando quiserem. Conforme dito anteriormente, as pessoas se sentem muitas vezes inseguras em resolverem suas atividades de forma autônoma, fazendo com que copiem informações que poderiam ser desenvolvidas a partir de suas próprias reflexões e conexões, trazendo uma aproximação com as relações sociais humanas.

Existem pesquisas na área da Biblioteconomia que tratam da relação de estudantes com o plágio e as suas motivações para essa prática, como a de Silva (2008), trazendo a indagação sobre quando um indivíduo se sente inseguro sobre a sua capacidade de escrita acadêmica. Silva (2021) também questiona qual a concepção de um estudante sobre o que é o plágio e Rodrigues e Blattmann (2014) dialogam ainda sobre a questão de gerenciamento informacional unindo-se à importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento, sendo fundamental para este trabalho. Daí surgiu a necessidade de questionar a influência da competência em informação contra o plágio no meio acadêmico

Espera-se que esta pesquisa possa se unir ao conjunto de outras pesquisas com as mesmas temáticas que serão abordadas aqui, visando contribuir cientificamente para os entendimentos relacionados à busca da informação e o posicionamento crítico pessoal para evitar a prática de plágio no meio acadêmico.

Há também as experiências pessoais da autora, que a guiaram até esta temática, pois desde muito cedo possuía influências positivas com relação à apropriação da informação e de seus aspectos éticos e legais, tendo apreço especial por esta área da Biblioteconomia. A autora ainda relata que possui formação em andamento na área de Investigação Forense e Perícia Criminal, acreditando ser interessante trazer a leitura dos aspectos éticos e legais bem como o código penal relacionado à prática do plágio no meio acadêmico.

2.4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é de natureza aplicada, com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). Assim, esta pesquisa poderá formar novas concepções sobre a aplicação da competência em informação relacionada à prática do plágio acadêmico.

Com relação à abordagem, a pesquisa pode ser considerada qualitativa devendo ser uma pesquisa complementar e não excludente, pois a coleta de diversos tipos de dados garante um entendimento melhor do problema de pesquisa (CRESWELL, 2007, p. 38). Este estudo conta com um levantamento bibliográfico, com intenção de identificar os resultados teóricos obtidos para o aproveitamento posterior (CRESWELL, 2007, p. 38); além disso é “uma pesquisa elaborada a partir de materiais já publicados, constituída principalmente por livros e artigos científicos” (GIL, 1985 p.17).

Quanto ao objetivo, a pesquisa delinea um caráter exploratório, focando na intenção de desenvolver, esclarecer, explicar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2008, p. 27), e também preocupando-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2008, p. 28). Essas escolhas fazem sentido para este trabalho pois auxiliam na busca dos conteúdos, permitindo o planejamento e a elaboração de quadros a fim de delinear esta pesquisa, de maneira que seja fácil seguir o percurso metodológico exposto.

2.4.1 Metodologia de apuração de referencial teórico

Para a realização do levantamento bibliográfico deste trabalho estão descritas a seguir as fases que foram seguidas pela autora para nortear a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Fase 1: Metodologia de apuração de referencial teórico (Quadro 1)

Nesta fase, são elencadas as etapas de busca para a realização deste trabalho, ajudando o leitor a acompanhar a elaboração de metodologia de busca, percurso metodológico, seleção e exclusão de materiais, bem como leitura e escrita dos capítulos teóricos.

Quadro 1: Etapas da pesquisa bibliográfica

Etapa 1	Elaboração de metodologia de busca nas bases de dados.
Etapa 2	Definição de bases de dados a serem pesquisadas.
Etapa 3	Busca nas bases de dados com os termos e seus delimitadores
Etapa 4	Seleção dos materiais e exclusão

Etapa 5	Leitura dos materiais escolhidos
Etapa 6	Seleção final dos materiais escolhidos
Etapa 7	Leitura para entendimento do conteúdo e fichamentos
Etapa 8	Leitura e escrita dos capítulos teóricos do trabalho

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Fase 2: Definição das bases de dados utilizadas

Aqui estão destacadas as bases de dados elencadas pela autora como fundamentadas para o viés que esta pesquisa necessita. Foram escolhidas quatro bases para pesquisa, sendo uma nacional de teses e dissertações, a outra também nacional, porém de periódicos, e por fim a base da universidade da autora.

- a) Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI);
- b) Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
- c) Repositório Digital da UFRGS (LUME);

Fase 3: Busca nas bases de dados com os termos de busca e seus delimitadores. (Quadro 2)

Nesta fase a autora define os termos de busca que serão utilizados, bem como seus delimitadores, são eles: "plágio acadêmico", "competências infocomunicacionais", para filtrar melhores resultados. Estas duas expressões são capazes de recuperar uma quantidade adequada de documentos para a realização da pesquisa, utilizando apenas o filtro de definição cronológica, para aproveitar documentos de, no máximo, ano de 2010. Contudo, neste trabalho, além do recorte cronológico, são utilizados outros autores reconhecidos na literatura da área de Ciência da Informação e Biblioteconomia, com obras ou artigos datados de anos anteriores aos que foram recuperados nas bases de dados. São eles: Capurro (2003), Fleury (2001), Foucault (1986), Fisher (2001), Mata (2009), Park (2003), Silva, O. (2008), Vitorino e Piantola (2009).

Nome da fonte	Termos de busca e respectiva estratégia	Nº de registros recuperados
Brapci	Plágio Acadêmico	14
	“Competências Infocomunicacionais”	17
CAPES	Plágio Acadêmico	8848
	“Competências infocomunicacionais”	61
LUME	Plágio Acadêmico	379
	“Competências infocomunicacionais”	12

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Fase 4: Seleção dos materiais e exclusão (Quadro 3)

Considerando a grande quantidade de resultados na busca nas bases de dados escolhidas pela autora, foram estabelecidos critérios de seleção dos materiais, descritos a seguir:

- a) Não ser repetido em nenhuma das quatro bases;
- b) Estar disponível para consulta aberta e gratuita;
- c) Poder ser utilizado para a construção teórica da pesquisa.

Após a seleção adequada conforme descrito acima, a elaboração do quadro 3 está com os dados atualizados:

Quadro 3 - Seleção dos materiais após exclusão

Nome da fonte	Termos de busca	Nº de registros recuperados
Brapci	Plágio Acadêmico	14
	“Competências infocomunicacionais”	17
CAPES	Plágio Acadêmico	31
	“Competências infocomunicacionais”	43
LUME	Plágio Acadêmico	1
	“Competências infocomunicacionais”	5

Fonte: elaborado pela autora (2022).

É importante destacar que embora o levantamento bibliográfico da fase 4 tenha destacado o termo “competências infocomunicacionais”, analisando a literatura, deu-se conta de que o termo “competência em informação” é suficiente e abrangente, sendo eficiente para analisar os dados e alcançar o objetivo geral deste trabalho.

Fase 5: Leitura dos materiais escolhidos

A atual fase é especificada para a realização da leitura de caráter exploratória dos materiais, fazendo a análise do título, folha de rosto e sumário, além dos resumos e palavras-chave do material. Assim, a autora pode descartar aqueles títulos que não recuperam os dados necessários para a pesquisa, bem como realizar a leitura de todos os materiais que serão escolhidos para compor este trabalho.

Fase 6: Fase de seleção final dos materiais (tabelas 4 e 5)

A presente fase permite que a autora tenha quantidade suficiente de materiais para a realização deste trabalho. A seguir, o quadro 4 possui a seleção final de materiais.

Quadro 4 - Seleção final

Nome da fonte	Termos de busca	Nº de registros recuperados
Brapci	Plágio Acadêmico	3
	“Competências” “Infocomunicacionais”	2
CAPES	Plágio Acadêmico	3
	“Competências” “infocomunicacionais”	1
LUME	Plágio Acadêmico	2
	“Competências” “Infocomunicacionais”	1

Fonte: elaborado pela autora (2022).

O quadro 5, por sua vez, contém uma comparação de todos os registros recuperados nas bases de dados selecionadas, desde o início desta pesquisa.

Quadro 5 - Comparação de registros recuperados.

Nome da fonte	Termos de busca	Registros do primeiro quadro	Registros do segundo quadro	Registros do terceiro quadro
Brapci	Plágio Acadêmico	14	14	3
	“Competências Infocomunicacionais”	17	17	2
CAPES	Plágio Acadêmico	8848	31	3
	“Competências infocomunicacionais”	61	43	1
LUME	Plágio Acadêmico	379	1	2
	“Competências Infocomunicacionais”	12	5	1

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Fase 7: Leitura para entendimento do conteúdo e fichamentos

Essa fase se destina a realização de 12 fichamentos, referentes aos materiais selecionados com a intenção de auxiliar na próxima fase.

Fase 8: Leitura interpretativa dos trabalhos

Esta fase é totalmente destinada à leitura para interpretação dos textos escolhidos com o propósito de desenvolver os capítulos teóricos desta pesquisa. As leituras que foram definidas são essenciais para o entendimento da autora e posterior disseminação das informações aqui apresentadas sobre competências infocomunicacionais e plágio no meio acadêmico.

3 O QUE É O PLÁGIO

Para que seja possível compreender o que é o plágio, Foucault (1986) sugere uma interpretação sobre as relações entre um autor e o que ele disse, bem como quais as suas competências e *status* para decidir o que irá reproduzir. Desse modo, de acordo com Silva (2008), a indagação de Foucault (1986) pode ser atualizada a

fim de ser estudada nos dias atuais, ou seja, busca compreender como se forma um autor no contexto das tecnologias digitais em que vivemos hoje.

As incidências de plágio no meio acadêmico, de acordo com uma matéria postada no *Blog* da Biblioteca Central (BC) da UFRGS, Jacobsen (2017, documento não paginado) relata que “há consenso entre especialistas e gestores acadêmicos de que o problema tem origem no início da formação do aluno, sobretudo a partir do ensino médio.” Ainda conforme o *post* do *Blog* da BC, Bergman (2017, documento não paginado) faz um alerta: “O plágio pode ser fruto de má-fé, mas muitas vezes ocorre por falta de preparo do aluno, que não sabe como fazer citações e referências nem compreende bem o conceito de autoria.” Assim, nota-se que programas de incentivo à competência em informação torna-se cada vez mais necessária para o incentivo aos alunos ainda que em fase de aprendizado básico.

De acordo com Vitorino e Piantola (2011, p.4) “o indivíduo competente em informação é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias”. No entanto, essa facilidade que uma pessoa pode possuir até chegar rapidamente à determinada informação, pode fazer com que um trabalho acadêmico não seja bem elaborado, e assim, as informações sejam apenas “jogadas” lá, sem que sejam citadas as devidas fontes, e assim configurar o plágio. A partir disso é possível trazer um novo termo a este trabalho: o *remix*, que é a “capacidade de recortar e ‘misturar’ diversos modos, como a escrita, sons, imagem estática, ou em movimento e recriá-las a partir dessa mistura” (PINHEIRO; SANCHES, 2016, p. 60). Ou seja, a facilidade de acesso às tecnologias da informação e comunicação permite que as pessoas possuam essas práticas de “*remix*” nas suas rotinas, isto é, com o uso de aplicativos de edição de fotos, ou até o simples ato de “copiar e colar” durante a elaboração de um trabalho acadêmico, apresentando-se como um novo contexto para o termo *remix* (PINHEIRO;SANCHES, 2016). Então, a partir disso, pode envolver um novo *ethos*³, na medida em que exige “novas habilidades técnicas e sociais que oportunizam sua participação em uma variedade de atividades sociais usando um novo meio” (Perkel, 2010, p. 509).

A internet seria a grande facilitadora de práticas criativas envolvendo o uso de ferramentas digitais, o *remix* e a liberdade de uso do conteúdo da internet, o que acabaria gerando um conflito entre os letramentos digitais

³ Característica comum a um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade.(DICIO, 2022, documento não paginado)

dominados pelos jovens e aqueles que são “ensinados” na escola. (PINHEIRO; SANCHES, 2016, p.63)

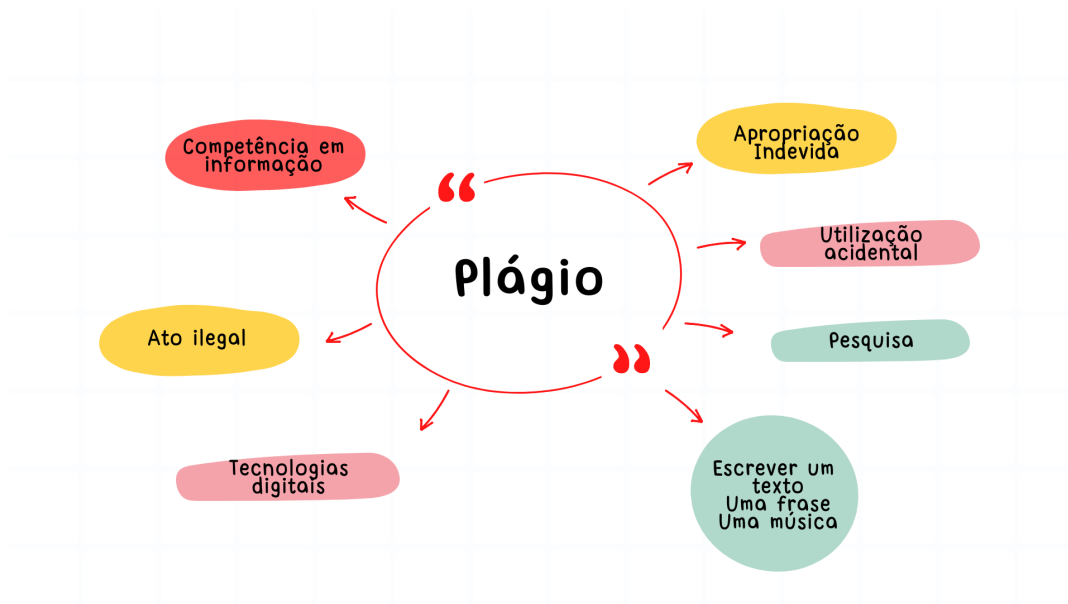
É necessário pensar em estratégias que as instituições de ensino possam tomar de forma que seja possível auxiliar os seus alunos e professores, a fim de evitar que os indivíduos se acostumem em praticar o plágio.

Poucas situações na escola e na vida exigem o *novel work*, ou seja, o trabalho criativo, em que se exerça autoria e confira ao autor reconhecimento, crédito e recompensas. Falhar nessa expectativa por originalidade abre espaço ao plágio e outras “falhas” apontadas pela escola. (PINHEIRO;SANCHES, 2016, p. 63)

De acordo com Barros (2022, p. 141) é necessário que as políticas no âmbito das instituições de ensino superior e de pesquisa se comprometam também a orientar suas comunidades quanto ao uso ético da informação. E então, tais instituições devem atentar-se também para prestar a devida assistência aos seus alunos e professores, instigando essas pessoas a criar, compartilhar e desenvolver saberes.

Assim, comparando com a atualidade, a ilustração abaixo refere-se às atribuições que a palavra (ou ato) do plágio pode nos remeter, com base nos conceitos que são apresentados neste capítulo.

Figura 3: Conceitos relacionados ao plágio.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Visualizando a figura 3, é possível relacionar as cores dos ítems com suas similaridades e associações, destacando o envolvimento dessas características com o plágio e a competência em informação. Sendo assim, apropriação indevida está unida com a prática do ato ilegal, as facilidades das tecnologias digitais proporcionam de certa forma as utilizações acidentais em trabalhos acadêmicos, e a necessidade de pesquisa está relacionada com a escrita criativa de uma frase, texto, ou música.

Conforme Park (2003), foram constatados registros da palavra plágio como forma de apropriação de conceitos que não são seus já no século XVII. Krokosz (2015) sugere que o termo tenha surgido na Antiguidade, já no século II a.C. Sanchez e Innarelli (2012) destaca que a invenção da imprensa, por Gutenberg⁴, no século XV, teria demandado a primeira promulgação de lei sobre propriedade intelectual com o nome de “*Statute of Anne*”⁵. Tal estatuto extinguiu os privilégios concedidos pelos conselheiros dos reis e outorgava ao autor o direito de *copyright*, ou seja, o direito de cópia, fazendo com que houvesse uma nova maneira de regulamentação do comércio de livros, concedendo direito a todas as pessoas (JARDES, 2014, documento não paginado). Se realizarmos uma busca no dicionário *Dicio*, sobre a definição do termo “plágio”, o resultado que encontraremos será:

plágio

substantivo masculino

Ação ou efeito de plagiar, de expor ou de mostrar uma obra intelectual de outra pessoa como se fosse de sua própria autoria.

[Jurídico] Apresentação que alguém faz de algo, como se fosse de própria autoria, quando na verdade foi criado ou pertence a outrem; cópia, imitação: plágio de um livro, trecho de música, de uma pintura etc.

Etimologia (origem da palavra **plágio**). Do grego plágios.a.on. (DICIO, 2022, documento não paginado).

Para a Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq (2011, p. 4), a definição de plágio consiste:

⁴ Gutemberg (1400 - Mainz, 3 de fevereiro de 1468) foi um inventor, gravador e gráfico do Sacro Império Romano-Germânico. (WIKIPÉDIA, 2022, documento não paginado).

⁵ Traduzido para o Português como “Estatuto da Princesa Ana”.

[...] na apresentação, como se fosse de sua autoria, de resultados ou conclusões anteriormente obtidos por outro autor, bem como de textos integrais ou de parte substancial de textos alheios sem os cuidados detalhados nas Diretrizes. Comete igualmente plágio quem se utiliza de ideias ou dados obtidos em análises de projetos ou manuscritos não publicados aos quais teve acesso como consultor, revisor, editor, ou assemelhado.

A partir dessas definições, tendemos a ver o plágio como mais do que apenas um ato ilegal, pressupomos também que sempre há má índole por parte de quem o pratica, mas nem sempre foi assim e, não necessariamente é atualmente. Conforme Silva (2008), ainda antes do Iluminismo⁶ o plágio tinha suas utilidades para a propagação de ideias de poetas, por exemplo. Além disso, as concepções sobre o que é plágio foram mudando com o passar dos tempos, assim, dentro de um determinado contexto, passa a ser aceitável ou inevitável (SILVA, 2008, p. 358). Um exemplo de uma prática aceitável, de acordo com a estética clássica da arte enquanto imitação, de acordo com o que diz o coletivo Critical Art Ensemble (1994, p. 83) é que um “poeta inglês podia se apropriar de um soneto de Petrarca⁷, traduzi-lo e dizer que era seu”.

[...]o plágio, no sentido em que se almeja abordar aqui, talvez seja algo muito característico da cultura pós-livro, tendo em vista a atual economia da informação/conhecimento que se configura a partir do surgimento da internet e o manuseio constante e rápido do hipertexto, que veio apenas expor à vista, com a cultura digital, aquilo que a cultura do papel sempre deixou na obscuridade. (SILVA, 2008, p. 3).

Assim, podemos dizer que o plágio é uma apropriação indevida de palavras ou ideias de outro indivíduo, e ainda que essa visão permita a interpretação de que possivelmente seria acidental essa utilização inadequada de autoria, ela envolve uma inabilidade técnica em reconhecer e/ou referir os autores originais (SANCHEZ; INNARELLI, 2012, p. 47). Além disso, a construção do autor não se dá sem a formação do leitor, visto que sua competência discursiva depende das histórias de leitura do sujeito, a fim de que se constitua, de fato, co-autor de textos lidos e produzidos (SILVA, 2008, p.7);

⁶ O Iluminismo foi um movimento político-intelectual que surgiu na Europa no século XVIII e fez com que ele ficasse conhecido como “século das luzes”. (SILVA, 2019, documento não paginado)

⁷ Foi um intelectual, poeta e humanista italiano, famoso, principalmente, devido ao seu romanceiro. Aperfeiçoou o *soneto*, um tipo de poema composto de 14 versos. (WIKIPÉDIA, 2022, documento não paginado)

As seções que vêm a seguir irão abordar, respectivamente, quais os aspectos legais sobre o plágio na legislação brasileira, além de quais os tipos de plágio existentes, e também como é possível detectar o plágio.

3.1 Aspectos éticos e legais sobre violação de direitos autorais na Constituição brasileira

É importante esclarecer a relação entre os direitos autorais (*copyright*) e o plágio. O *copyright* refere-se aos direitos de exploração econômica de uma obra registrada (WACHOWICZ, 2016). Já o plágio é o ato de assinar ou escrever como sendo sua uma obra que na verdade é de outro autor.

No ano de 1827, no Brasil, foi criada a primeira faculdade de Direito do país e, junto com ela, deu-se início à proteção ao Direito Autoral, e então as leis foram sendo lentamente promulgadas com a intenção de garantir os direitos intelectuais dos cidadãos brasileiros. Na época, a promulgação da lei Imperial – ao instituir os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda – estabeleceu no seu artigo 1º o privilégio pelo período de 10 anos sobre todas as obras textuais criadas pelos professores (ALVES, 2021, documento não paginado). Hoje em dia, os direitos que todo criador de uma obra intelectual tem sobre a sua invenção são atribuídos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a partir desta, foi sancionada a Lei 12.853 de 2013, que alterou e revogou os dispositivos que dispunham sobre a gestão coletiva de direitos autorais. (BRASIL, 2013).

Wachowicz (2016) traz aspectos importantes a serem ressaltados neste trabalho e afirma que a Lei Autoral no Brasil é uma das mais rígidas e restritivas do mundo, sem alterações desde o ano de 2013, no que diz respeito à evolução digital e tecnológica.

Atualmente a legislação brasileira necessita enfrentar as questões emergenciais relativas às novas tecnologias da informação, mais especificamente quanto à inclusão tecnológica e o direito à cultura. Como por exemplo: (i) a reprodução e digitalização de acervos bibliográficos das bibliotecas, e (ii), a sua disponibilização e o acesso pela internet à sociedade brasileira. (WACHOWICZ, 2016, p. 20).

Com base nisso, precisamos refletir sobre os direitos de reprodução de itens digitalizados e disponibilizados na *internet* com autoria de outrem. Wachowicz (2016)

ainda aponta que no ano de 2010 houve uma consulta pública promovida pelo Governo Federal para a alteração da Lei 9.610/98, sendo uma oportunidade essencial para aprimoramentos no que tange às inovações tecnológicas. Ao visitar o site do Planalto, é possível localizar a Lei 9.610/98 e identificar que existem sugestões feitas para medidas provisórias, mas que foram rejeitadas em sua maioria. Ou seja, não houve uma alteração legislativa considerando as necessidades atuais do meio tecnológico e informacional, como sugere Wachowicz (2016).

Ainda pensando nas questões tecnológicas e informacionais, Oliveira (2020) traz pontos da legislação que são importantes para o desenvolvimento e aprimoramento das leis brasileiras sobre os direitos autorais.

O direito brasileiro não considera como autor as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados, como no direito norte-americano, e conforme artigo 27 da Lei n. 9.610 os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis. Assim, o direito do autor deve ser respeitado e atribuir, como sua, obra alheia é considerado crime pelo Código Penal (art. 184 – Decreto-Lei n. 2.848/1940). (OLIVEIRA, 2020, p. 26).

Existe a necessidade de atrelar com os direitos do autor a organização denominada *Creative Commons*, que “é um projeto sem fins lucrativos que disponibiliza licenças que permitem ao autor da obra escolher sob que condições seu trabalho pode ser utilizado” (ARAYA, 2010, p. 53).

Ele é responsável por uma nova forma de direito autoral, pois disponibiliza um conjunto de licenças para áudio, imagem, vídeo, texto e educação que permite a autores e criadores de conteúdo intelectual, como músicos, cineastas, escritores, fotógrafos, blogueiros, jornalistas, cientistas, educadores e outros, indicar à sociedade, de maneira fácil, padronizada, com textos claros baseados na legislação vigente, sob que condições suas obras podem ser usadas, reusadas, remixadas ou compartilhadas legalmente. (ARAYA, 2010, p.98)

Então, é de suma importância que as informações e métodos de busca e produção sejam realizadas dentro das universidades e instituições, a fim de conscientizar e permitir a aproximação dos alunos para com a compreensão da prática de plágio, sabendo dos seus direitos. Além disso, o indivíduo acaba entendendo que não é preciso temer na hora da realização de um trabalho acadêmico se ele estiver utilizando as informações corretamente, sabendo quando

uma licença é atribuída e qual o seu papel diante da legislação brasileira para não incorrer no plágio.

Com relação às reproduções de obras alheias é possível constatar que para cada esfera (administrativa, cível e penal) há uma sanção diferente a ser tomada. No que diz respeito ao meio acadêmico, é possível afirmar, de acordo com o que diz Wachowicz (2016), que deve haver cuidado redobrado para referenciar corretamente o autor.

As utilizações de obras de terceiros devem necessariamente ser autorizadas expressa e previamente, mesmo quando não sejam reproduzidas em sua íntegra. No caso do uso de pequenos trechos, principalmente em trabalhos acadêmicos deve-se tomar a precaução de referenciar corretamente o legítimo autor, com indicação completa da fonte, sob pena de poder ser considerado plágio, sujeitando o contrafator às penas de violação de direitos autorais, cuja pena será aplicada judicialmente na forma da lei, sem qualquer óbice à possibilidade de sanções administrativas e indenizações cíveis. (WACHOWICZ, 2016, p. 37).

Avaliando a importância do cuidado que deve-se ter durante a realização de determinado trabalho, foi elaborado o quadro 6, com a identificação dos materiais protegidos efetivamente pela Lei 9.610/98, diante do Artigo 7º – São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro (BRASIL, 1998). Assim, há uma melhor visualização e também conhecimento do leitor.

Quadro 6: Obras protegidas pela lei de direitos autorais

I	Os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
II	As conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
III	As obras dramáticas e dramático-musicais;
IV	As obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
V	As composições musicais, tenham ou não letra;
VI	As obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
VII	As obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
VIII	As obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;

IX	As ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
X	Os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
XI	Os adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
XII	Os programas de computador;
XIII	As coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Artigo 7º da Constituição de 1998 (BRASIL, 1998) e Wachowicz (2016).

Considerando as obras protegidas pela Lei dos direitos autorais, fez sentido elaborar o quadro 7 com as obras que não são protegidas por esta lei.

Quadro 7: Obras não protegidas pela lei de direitos autorais

I	Esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios.
II	Formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;
III	Textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;
IV	Informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;
V	Nomes e títulos isolados; ⁸
VI	Aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Artigo 7º da Constituição de 1998 (BRASIL, 1998) e Wachowicz (2016).

A partir dos quadros, é pertinente ressaltar que muitas dessas obras que são protegidas ou não pelos direitos autorais, são naturalmente encontradas no cotidiano de uma pessoa. No entanto, o fato de tais materiais estarem presentes no dia-a-dia, não significa que as pessoas saibam o que fazer com elas, no sentido de muitas vezes nem saber se são ou não protegidas. Daí também surge a importância de

⁸ “Apesar da Lei de direitos autorais (LDA) determinar expressamente que os nomes e títulos isolados não são protegidos no Brasil (artigo 8º, VI), entende-se que há, sim, extensão da proteção autoral aos títulos quando este for "original e inconfundível com o de obra do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor" (artigo 10º).” (CONJUR, 2022, não paginado).

comentar brevemente sobre a Competência Crítica em Informação (CCI), onde Bezerra e Schneider (2022) defendem que as pessoas que desenvolvem as competências críticas em informação conseguem remeter-se a um processo social de permanente busca e curiosidade, fazendo com que consigam desenvolver as habilidades necessárias para a busca pelo conhecimento, almejando a produção e desenvolvimento de conhecimento. Assim, podemos entender que um indivíduo com competências críticas em informação que foram desenvolvidas ao longo do processo de criação, no momento em que está trabalhando na produção de determinado conteúdo, se encontra focado em ir atrás da informação necessária para integrar o seu trabalho, sem a necessidade de utilizar trechos de trabalhos alheios.

A produção de conteúdo está associada ao uso da informação e poderia simbolizar o término/recomeço de um ciclo de busca, apropriação, e uso crítico de informações para preenchimento de determinada lacuna cognitiva que se retroalimenta, podendo levar a novas necessidades informacionais. (BARROS, 2022, p. 107).

De acordo com Gasque (2020), “aprender a pesquisar exige prática, reflexão e o desenvolvimento da capacidade de lidar com a informação”, ou seja, considerando que a produção de conteúdo pode estar inserida num ciclo informacional, podemos crer que para um indivíduo possuir constantemente as capacidades cognitivas no âmbito das CCI ele precisa estar alimentando suas necessidades informacionais conforme sua percepção, não necessariamente seguindo o fluxo comum. Para isto, o indivíduo precisa entender que às vezes a falta do conhecimento sobre algo pode fazer com que alguma infração seja cometida, como é o caso do plágio. É importante também para que o autor de determinado trabalho pense sobre os tipos de plágio e como ele está inserido na legislação brasileira.

3.1.2 Código Penal brasileiro: para pensar sobre o plágio

Refletindo sobre os direitos autorais e também sobre as necessidades dos processos de conscientização no meio acadêmico, torna-se necessário destacar como está inserido hoje o plágio no Código Penal Brasileiro. É importante comentar que esta seção não se refere à moralização do problema plágio, mas sim da necessidade de entender se há algo relacionado ao plágio no meio acadêmico no

Código Penal, a intenção deste TCC segue sendo a da necessidade de competência em informação para os estudantes.

De acordo com o Art. 184⁹ – Violar direitos de autor e os que lhe são conexos. Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. (BRASIL, 1940, documento não paginado). As penalizações que são identificadas dizem respeito somente às penalizações para casos de violação de Direito de Autor, com intuito de lucro direto ou indireto, ou que ainda expõe à venda determinada obra. O termo “plágio” ou “plágio acadêmico” não é mencionado com nenhum tipo de pena ou artigo para essa prática de forma explícita, apenas para a violação de direitos autorais, conforme disposto no capítulo [3.1](#).

Apesar de não ter sido encontrada nenhuma pena prevista para a prática de plágio acadêmico, é importante salientar que no ano de 2022, a Deputada Federal Carla Zambelli (PL-SP), apresentou o Projeto de Lei nº 1820/2022 que tipifica como crime o ato da prática de plágio ou comercialização de trabalho acadêmico. A seguir destaca-se a proposta da autora para o inciso 2 do artigo 184 do Código Penal.

§ 2º-A Na mesma pena do caput incorre quem, com intuito de lucro direto ou indireto, plagia ou comercializa trabalho acadêmico, salvo quando estiver prestando o serviço de revisão linguística. (BRASIL, 2022)

Houve a inclusão de uma justificativa no documento da PL 1820/2022 (BRASIL, 2022), que relata a realização de um levantamento feito pela Universidade de Campinas (UNICAMP), em 2018, onde constatou-se que “87% dos alunos chegam à universidade sem saber o que é plágio, e que a instituição deve estabelecer política contra a má conduta nos trabalhos acadêmicos.” (BASSETTE, 2018, documento não paginado). Além disso, outros trechos desta pesquisa foram citados na justificativa da PL.

[...] A pesquisa mostrou, por exemplo, que a maioria dos alunos (98,4%) considera que copiar trechos de trabalhos é algo grave ou gravíssimo. No entanto, apenas uma minoria (4,5%) acredita que o plágio seja sempre intencional. Além disso, o levantamento aponta que 36,7% dos alunos admitem já ter copiado trechos de textos sem fazer a devida citação. E oito em cada dez alunos ouvidos afirmam que ações educativas podem prevenir que alunos cometam plágio. (BASSETTE, 2018, documento não paginado)

⁹ Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal dos Crimes contra a Propriedade Imaterial.. (BRASIL, 1940, documento não paginado)

Zambelli (2022) complementa ainda que “o plágio é uma realidade no mundo acadêmico, sobretudo por conta da difusão científica proporcionada pela internet e pela falta de planejamento de alunos durante a pesquisa” (ZAMBELLI, 2022, p.2). Para refletir sobre a justificativa da Deputada Federal Zambelli (2022), é importante pensar sobre aspectos epistemológicos, culturais e informacionais da nossa sociedade. As causas do plágio “têm suas raízes no processo ensino/aprendizagem da educação básica tradicional e podem ser distinguidas como práticas docentes inoperantes em razão de metodologias ineficazes, objetivos pedagógicos inviáveis e outros tantos problemas.” (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

Ainda no que refere-se à reflexão acerca da justificativa para a implementação do PL 1820/2022, entendemos junto a este trabalho que os conhecimentos para atividades acadêmicas geralmente são pré-existentes, sendo muito difícil haver a originalidade de um trabalho feito por um aluno, principalmente individualmente. Nenhum trabalho (de cunho acadêmico ou não) tem sua originalidade ampla sobre determinado conteúdo, além disso, o que distingue o plágio neste momento é a intenção do autor, ou seja, se ele é mencionado durante a realização do trabalho, ou se foi inspirado em outro. Assim, a ideia de plágio já pode ser desconsiderada, por contar com as devidas referências. De acordo com Sanches e Innarelli (2016, p. 48), “[...] ética e moral, por sua vez, têm um papel preponderante sobre a compreensão da relação entre o bem-estar público e as crenças pessoais, normativas e de controle do indivíduo”.

Um estudo conduzido por Sanches e Innarelli (2011) apresentado no Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração (ANPAD), sob o título “fatores antecedentes na atitude de alunos de graduação frente ao plágio” propõe um modelo que:

[...] identificou os fatores antecedentes de atitude em relação ao plágio, abrangendo três grandes construtos: posicionamento moral (utilitarismo ou idealismo), normas sociais e aspectos situacionais, bem como racionalização sobre mecanismos de incentivo (resultados positivos da prática) e mecanismos de inibição (punições). (SANCHES, INNARELLI, 2016, p. 48)

Com o estudo foi constatado então que “aqueles indivíduos que são mais voltados para o idealismo são avessos ao plágio, já os utilitaristas favoráveis” (SANCHES, INNARELLI, 2016, p. 49). E então, ainda de acordo com Sanches e Innarelli (2016), a esperança por melhores notas sem tanto esforço por conta da

facilidade de praticar o plágio, além das situações de pressão que um estudante enfrenta (pouco tempo para muitos trabalhos) são fatores associados aos maiores incidentes de plágio no meio acadêmico.

Dessa maneira, a fim de discutir a proposta da Deputada Carla Zambelli, será que não seria mais adequado trabalhar em propostas para o incentivo da educação para a informação desde a educação básica dos indivíduos? Assim, as pessoas poderão receber uma formação informacional, de modo que seja possível gerir toda informação, a fim de dialogar com ideias de outros autores, sem cometer nenhum tipo de plágio¹⁰ em seu trabalho.

3.1.3 Tipos de plágio

Ainda que o plágio esteja presente em diversas esferas sociais (como nas artes plásticas, na música e na literatura), no que tange ao meio acadêmico, existe uma diversificação dos tipos de plágio identificados (SANCHES;INNARELLI, 2012, p.47).

Abaixo, no quadro 8, está uma representação elaborada pela autora com a definição dos tipos mais comuns de plágio, conforme sugere Krokosc (2012, p. 565).

Quadro 8 - Tipos de plágio e como identificá-los

Tipo de Plágio	Identificação
Autoplágio	O autor utiliza um mesmo trabalho de sua própria autoria para outra finalidade sem referi-lo.
Plágio Consentido (Conluio) ou Autoria Fantasma	Há a inclusão de autores que não participaram efetivamente da produção de conteúdo, podendo vir a receber benefícios que não lhes diz respeito.
Plágio Literário ou Plágio Direto	Cópia integral ou em partes de determinado texto, realizando a substituição de pequenas palavras e/ou frases.
Plágio de Conteúdo	Quando há a representação de ideias de outra autoria sem que lhes seja reconhecida a origem.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Krokosc (2012).

¹⁰ Ver quadros da seção [3.1.3](#) deste trabalho.

Embora Krokosc (2012) tenha sugerido essas definições e elas estejam de acordo com o que Sanches e Innarelli (2012) também propõem, Silva (2021) contrapõe esses autores relatando que existem contestações sobre a questão do autoplágio ser considerada plágio, pois de acordo com Moraes (2015, p. 564) “[...] plagiário significa aquele que, maliciosamente, imita a obra alheia, atribuindo a si próprio a autoria”, e que autoplágio, por sua vez, não consta na Lei Autoral nem, tampouco, nos dicionários.” Diferenciando-se de Moraes (2015), Krokosc (2012, p. 565) diz que “o autoplágio também é definido como sendo ‘um tipo de fraude científica’, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.”

“Além das referidas consequências danosas da falsificação e do plágio, essas práticas podem favorecer indevidamente seus autores para conseguirem vantagens em suas carreiras e na obtenção de auxílios financeiros. Em relação a isso, surge também como significativa a prática crescente de autoplágio. Em um ambiente de competição para a obtenção de auxílios financeiros, isso pode significar o investimento em pessoas e projetos imerecidos, em detrimento daqueles que efetivamente são capazes de produzir avanços do conhecimento.” (KROKOSCZ 2012, p. 565).

A partir dos diferentes pontos de vista, a autora deste TCC corrobora com a definição de autoplágio de Krokosc (2012), pois constata que há realmente a existência do reaproveitamento de textos próprios para diferentes tipos de finalidades no meio acadêmico.

Além dos debates sobre o autoplágio, existem considerações a serem feitas sobre os outros tipos de plágio dispostos no quadro 8. O plágio consentido, o qual se difere da autoria convidada, que é quando determinado autor convida colaboradores a fim de construir um trabalho junto consigo, “são aqueles autores reconhecidos em determinada área por realizarem um trabalho qualificado e que são alvo de investidas de colegas e editores por serem autores citados, elevando assim o fator de impacto do periódico” (BARROS, 2022, p. 139). Ademais, Barros (2022) traz informações relevantes sobre o termo “autoria fantasma”:

É importante reforçar que o autor fantasma não é sinônimo do escritor fantasma (*ghostwriter*), aquele que é contratado para ser um escriba, como o responsável pela cópia de manuscritos – como na Idade Média, figura retratada no romance histórico *O nome da Rosa*, de Umberto Eco – ou pela escrita de textos ditados, como era de costume para Sidney Sheldon, o autor mais traduzido do mundo, que ditava o texto para uma secretária digitar. (DINIZ; TERRA, 2014, apud BARROS, 2022, p. 143).

A partir disso, é entendido a diferença entre o autor fantasma e o escritor fantasma, onde um está inserido no contexto plagiador, e o outro, não. Considerando que pode haver essa confusão na identificação do tipo de plágio, é pertinente para que o leitor, ou avaliador de determinado trabalho saiba que além dos tipos de plágio que podem ser vistos na academia, é preciso também saber como fazer a identificação do ato em uma obra literária.

3.1.4 Identificando o plágio

Consciente dos diferentes tipos de plágio, pode ser que se torne mais fácil realizar a identificação do plágio em determinada obra. No entanto, nota-se que há uma grande complexidade em entender as motivações que podem levar um autor a cometer o ato do plágio, conforme sugere Fisher (2001). Alunos de uma universidade, oriundos de diferentes círculos sociais ao saírem do ensino médio, nem sempre possuem a mesma habilidade informacional de saber como lidar com o uso de informações. Então, os alunos de educação básica, “[..]em vez de contribuir para a formação de sujeitos da pesquisa que tomam a palavra de uma posição autorizada, passam a seres apáticos, reprodutores de saberes produzidos por outrem, isto é, fracassados intelectualmente, plagiadores”, afirma Silva (2008, p. 362).

Considerando as ponderações feitas no parágrafo anterior, conforme Wachowicz (2016), talvez o ideal para dialogar sobre a identificação do plágio seria abordar toda a temática da economia criativa e dos direitos imateriais. Uma prática inocente ou deletéria, ainda segundo Wachowicz (2016), é muito difícil de fazer sem a consulta detalhada do material a ser analisado para identificar se há plágio. Em 2012, o Professor Marcelo Krokosz participou da idealização de uma pesquisa em parceria com o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) da Universidade de São Paulo (USP), para estudar as percepções de plágio junto aos alunos de pós-graduação da Universidade. A conclusão obtida a partir da análise dos resultados comparados aos alunos de outras universidades está sumarizada a seguir:

[...] o fato de ter conhecimentos teóricos conceituais não é uma condição suficiente para garantir que o aluno entenda de forma adequada situações concretas que caracterizam o plágio. Ou seja, aponta uma nova fronteira sobre o assunto indicando que, embora informação e treinamento sejam importantes para evitar o plágio, isto é insuficiente para que o problema seja inteiramente superado. (KROKOSZ, 2015, documento não paginado).

Isto significa que outros conhecimentos, habilidades e atitudes são demandados aos estudantes. A competência em informação então pode ser relacionada a essa questão de adequação do entendimento de situações que caracterizam o problema plágio, e a sua superação se destaca como sendo mais desafiadora do que se imagina.

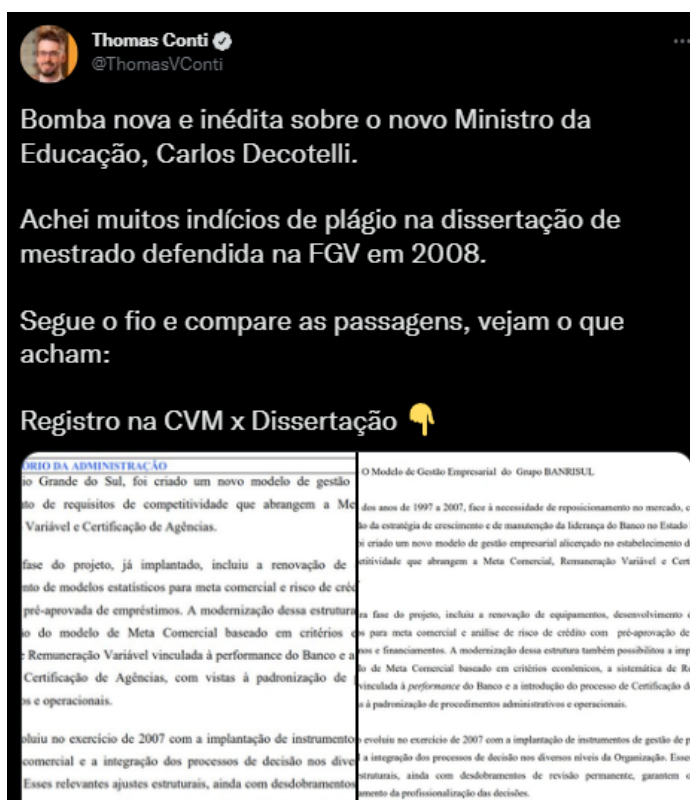
De acordo com Oliveira (2007, p.17) “Mesmo sabendo que as palavras (os sentidos) não têm dono, cada sujeito as quer para si, autoria nasce da maneira pela qual o sujeito discursivo lida com as palavras legitimando os dizeres, ou seja, autoria é um documento institucional¹¹”. Assim, a ação antiética da questão do problema plágio não depende apenas de uma escolarização (desde a educação básica até a superior), pois também está presente na vida pública de pós-graduandos.

No Brasil, a ética em pesquisa também tem sido foco de debate. Alguns casos de plágio envolvendo pesquisadores de diferentes níveis têm ocorrido recorrentemente, indicando a necessidade de a sociedade científica refletir sobre a situação. (ALVES, 2016, p. 187)

Um exemplo de um caso suspeito de plágio antiético, ocorrido no ano de 2020, é o da dissertação de mestrado do ex Ministro da Educação, Carlos Decotelli, que foi investigada pelo professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), Thomas Conti, que divulgou em sua página do *Twitter* a comparação entre trechos da dissertação de Decotelli, e um relatório administrativo do Banrisul na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sem qualquer tipo de citação ou referência bibliográfica.

¹¹ A autora do trecho apresentado se refere à expressão “institucional” como aquilo que seja pertencente a um todo.

Figura 4 - Postagem no *Twitter* de Thomas Conti sobre Decotelli.



Fonte: Captura de tela da autora (2022).

Considerando a ilustração 4, é importante destacar como pode ser feita a investigação e a identificação do plágio, que pode ser feita a partir da consulta direta em bibliotecas físicas e digitais, ou ainda diretamente em bases de dados. No entanto, a maneira mais comum utilizada entre os professores de ensino superior para detecção do plágio, é a utilização das ferramentas *online* criadas para essa função. A seguir, estão destacadas algumas dessas ferramentas encontradas em uma busca simples no *Google* com o termo “ferramenta de detecção de plágio grátis”.

- *Paper Rater*
- *Dupli-checker*
- *Anti-plagiarism*
- *Plagium*
- *Plagiarism Detect*
- *Copyspider*
- *Plagiarisma*
- *Plagiarism-Checker*

- *See Sources*

Essas ferramentas podem ser utilizadas por qualquer cidadão, na maioria das vezes requerendo apenas o acesso à internet, em suas versões gratuitas. Krokosc (2011, p. 755) relata que diversas universidades, como por exemplo a Universidade Nacional Australiana, possuem em suas páginas iniciais orientações sobre o que é plágio, como evitá-lo, além de orientar os alunos sobre qual é a postura adequada no âmbito acadêmico para evitar esta ação antiética.

É necessário que o indivíduo entenda como deve atuar perante a elaboração de um trabalho acadêmico, pois da perspectiva ética, ele deve compreender que é errado utilizar a ideia de outras pessoas como se fossem de sua autoria. E de uma perspectiva comportamental, após entender que esta atitude de apropriação indevida é errada, precisa ter entendimento de que maneira deve-se atuar perante o acesso livre à diversas fontes de informação, como deve compará-las, etc... Ainda assim, essa pessoa precisa construir sua percepção a partir da sua própria leitura de mundo e tentar externalizar isso, reconhecendo quais as fontes originais que foram utilizadas em seu trabalho, e qual a melhor maneira de construção de sua percepção ao elaborá-lo.

Dessa forma é observada a congruência entre a competência em informação e a identificação do plágio, e que para que seja praticável a análise e avaliação de determinado conteúdo, de acordo com Borges (2022, p.302) “conseguimos gerar uma resposta, uma decisão ou novo conhecimento” (BORGES, 2022, p. 302). Sendo assim, a identificação de conhecimentos, habilidades e atitudes é item indispensável para a competência em informação diante da prática de plágio no meio acadêmico.

4 A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O PLÁGIO

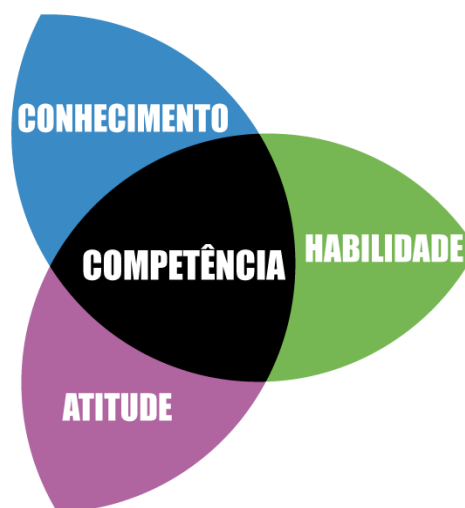
É importante destacar que, conforme visto na metodologia deste TCC, na [fase 4](#), a autora deste trabalho optou por utilizar os conhecimentos extraídos dos textos sobre competências infocomunicacionais para tratar de aspectos relacionados à competência em informação, considerando que são abrangentes e suficientes para a obtenção dos resultados que foram buscados. Apesar desta decisão, uma breve

especificação do termo “competências infocomunicacionais” será apresentada neste capítulo a fim de compreender a sua relação com a competência em informação.

A realização de atividades cotidianas, como por exemplo, a leitura de jornais eletrônicos ou físicos, a utilização de serviços de mensagens instantâneas via celular e até mesmo uma conversa entre indivíduos exige competência em informação e em comunicação. Borges (2013) explica que a convergência entre competências em informação e as competências em comunicação leva à expressão “Competências Infocomunicacionais”. Este termo pode soar como algo difícil de ser compreendido, mas ao identificarmos o significado do que seriam os termos separadamente, podemos encontrar o equilíbrio entre eles.

As “competências”, isoladamente, podem “agregar valor econômico para uma organização e valor social para o indivíduo” (Fleury, 2001, p. 6). Pensando nisso, para este trabalho estamos nos referindo às competências dos indivíduos, e assim, para facilitar o entendimento foi recuperada uma figura com a descrição visual (Figura 5) do termo, conforme o artigo divulgado pelo Ministério da Infraestrutura (2016).

Figura 5: Interação de competência: conhecimento, habilidade e atitude.



Fonte: BRASIL. (2016, não paginado).

Assim, de acordo com o Ministério da Infraestrutura (2016) cada indivíduo deve aprender a criar suas próprias estratégias:

No Conhecimento: Significa o saber, envolve o saber o que, saber por que, saber para que é a capacidade de aprender.

Na Habilidade: Significa o saber-fazer, o saber como, as técnicas, o conhecimento tácito das experiências.

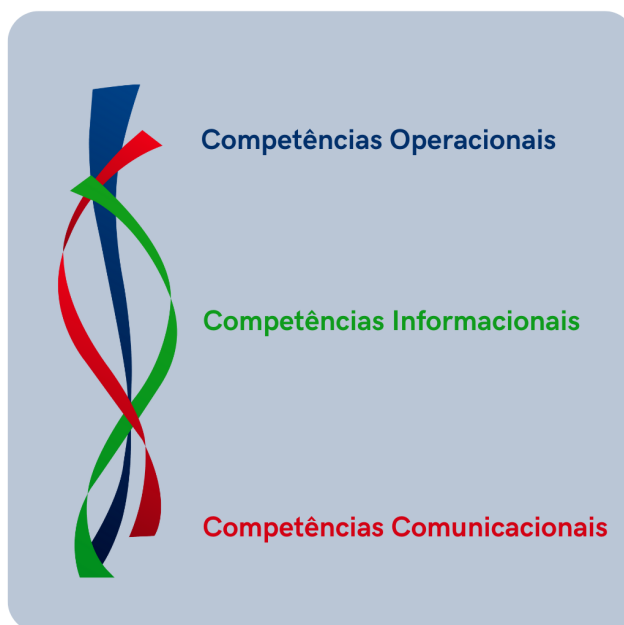
Na Atitude: Significa o saber ser. Ser determinado, ter atitude, responsabilidade, foco e iniciativa. (BRASIL, 2016, documento não paginado)

Ainda no que diz respeito ao termo “competência”, Borges (2013, p. 143) define o termo como:

[...] Capacidade que se transforma à medida que a diversidade de situações aumenta, podendo oferecer respostas inéditas, criativas e eficazes para novos desafios. A competência de guiar um carro, por exemplo, demonstra a mobilização de competências em relação ao trânsito: conhecimentos (leitura de sinais de trânsito, legislação, entre outros), habilidades (manipulação de marchas, direção, acelerador, entre outros) e atitudes (respeito ao pedestre, entre outros) a cada momento, em situações que podem ser extremamente complexas.

As competências infocomunicacionais possuem uma imagem (Figura 6) representativa de suas interrelações, elaborada por Borges (2011).

Figura 6: Interrelação de competência em comunicação e competência em comunicação.

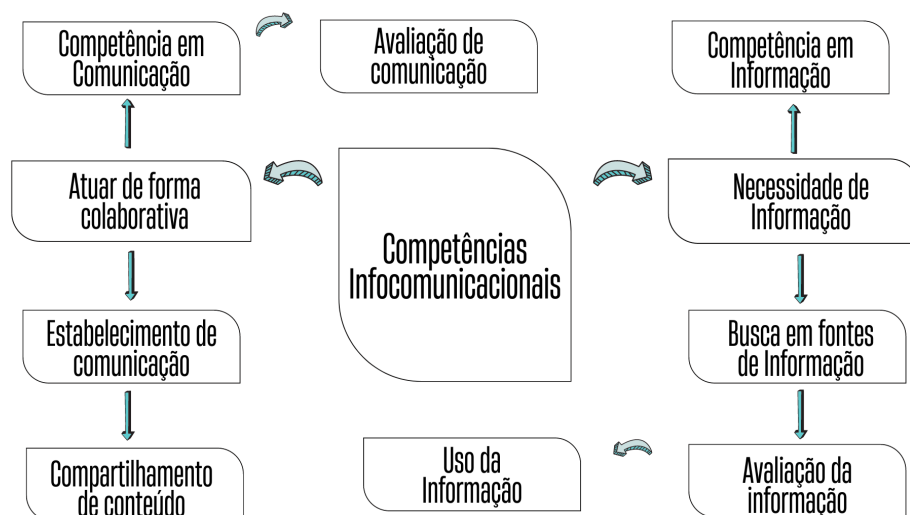


Fonte: Borges (2011) com adaptação da autora (2022).

Em uma espiral conectam-se competências comunicacionais (em vermelho), competências informacionais (em verde) e as competências operacionais (em azul).

A figura 7 ilustra as categorias existentes de competências infocomunicacionais propostas por Borges, Brandão e Santos (2020).

Figura 7: Categorias de competências infocomunicacionais



Fonte: elaborado pela autora, com base no quadro proposto por Borges, Brandão e Santos (2020).

A partir da leitura interpretativa da ilustração acima é possível entender que a convergência das competências em informação e competências em comunicação são guiadas por algumas palavras-chave: **necessidade, busca, avaliação, atuação, estabelecimento, compartilhamento e uso**. Dentre essas palavras destacadas, as que mais se aproximam do que é defendido neste trabalho são elas: necessidade, busca, avaliação, e uso.

Um estudo feito por Brandão, Santos e Borges (2011), relata que “dentre as principais necessidades de informação elencadas pelos estudantes estão: manter-se informado em temas gerais, estudar para as provas e/ou seminários e elaborar trabalhos acadêmicos” (BRANDÃO;SANTOS;BORGES, 2011, p. 9). Visto isso, é possível que esses indivíduos tenham como ir atrás da informação que está sendo desejada no meio acadêmico, objetivamente, demandando também o que é chamado de competência em informação.

De acordo com Lucca e Vitorino (2020) a competência em informação é estabelecida como um movimento social e científico, que investiga aqueles processos referentes à busca, ao acesso, e à avaliação da informação. O estudo deste movimento é feito por diversos pesquisadores desde os anos 70 (Zurkowski, 1974),

sendo conhecido como uma subárea da Ciência da Informação. Lucca e Vitorino (2020) também trazem afirmações de estudos feitos por Bawden (2001), que referem-se à vertentes da competência em informação voltadas à tecnologia:

[...]Essas vertentes partem da premissa de que o indivíduo letrado – sob a perspectiva da tecnologia e da informática - é aquele que consegue completar atividades básicas em um computador, como processar palavras ou criar e manipular dados em planilhas e softwares (BAWDEN, 2001, *apud*. LUCCA;VITORINO, 2020, p.12).

Fazzioni e Vitorino (2020) sugerem que há uma relação epistemológica no aspecto ético, reflexivo e crítico para o estudo da competência em informação, analisando alguns aspectos como por exemplo a sobrecarga informacional.¹²

Para Vitorino e Piantola (2009), a competência informacional pode ser percebida de maneira artística, como uma forma de experienciar a estética, sem restringir tais sensações apenas à arte. Assim, é possível correlacionar a estética com a política, para que em uma perspectiva crítica, possa ser afirmado que “ao dizermos que existe uma dimensão estética na competência informacional, referimo-nos à experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e a sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo.” (VITORINO;PIANTOLA. 2009, p. 103). Assim, a dimensão estética pode ser relacionada com a construção dos conteúdos, com a criatividade e o cuidado com a escrita, pensando também na cautela ao referenciar fontes e no saber se expressar de forma ética. Ou seja, a dimensão ética, quando relacionada à responsabilidade social, pode ser associada a alguns aspectos que já foram vistos neste trabalho, como os direitos autorais, e a construção de identidade (ver seção [3.1](#)). Já a dimensão técnica, traz saberes necessários para a formação crítica do sujeito.

Borges (2022) afirma que “a promoção do uso da informação hoje certamente implica em educar para a informação em todos os seus formatos, perspectivas e fontes”. A partir disso, é possível destacar o que diz Heller (2022) sobre explosão informacional, nos lembrando que o compartilhamento em rede não possui filtros, e nem limites, pois assim podemos “criar, consumir e publicar um novo conteúdo informacional sem que haja a necessidade de validação prévia. Tudo é muito

¹² A sobrecarga de informação aumenta sobremaneira com os avanços tecnológicos e se agrava com o alastramento de informações e interpretações não absolutamente corretas ou deliberadamente falsas. (FAZZIONI; VITORINO, 2022, p. 2).

facilitado para que haja disseminação da informação” (HELLER, 2022, p. 89). Então, pode-se dizer que há a facilidade de copiar determinada informação, mesmo que sem a intenção para tal. A avaliação de qual a fonte será a melhor e também a mais verídica, dependerá de diversos fatores, dentre eles, os conhecimentos, as habilidades, e as atitudes, que são diretamente conectadas à competência em informação.

Torna-se importante comentar que o papel do bibliotecário é fundamental para o auxílio na educação para a informação dos estudantes, sendo que muitas vezes a ausência de um bibliotecário escolar reflete futuramente na falta de conhecimento informacional de um indivíduo. Assim, um bibliotecário atuante na vida acadêmica desde o início da vida de um aluno estimula a leitura, a participação em atividades acadêmicas e qualifica o seu papel de educador junto aos professores na comunidade escolar.

Em suma, neste trabalho observamos que o contexto atual de facilidade de chegar a qualquer informação somada à necessidade de basear-se em outros trabalhos no meio acadêmico, tem incidido, não raras vezes, na prática do plágio. De acordo com Mateus (2020, p. 30): “o acadêmico não pode de forma alguma se esquecer de mencionar qual foi seu referencial teórico, tendo o cuidado de citar o nome do autor, qual foi/foram a/s fonte/s pesquisada/s, ano de publicação e a página lida.” Contudo, nem sempre a formação anterior preparou este “novo acadêmico” para a produção de conteúdos autorais. Assim, o argumento central deste trabalho é de que precisa-se fomentar o desenvolvimento contínuo da competência em informação junto aos indivíduos como uma estratégia potente de combate ao plágio no meio acadêmico.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa identificou os tipos de plágio existentes na academia, ou fora dela, bem como quais os aspectos éticos e legais presentes na legislação brasileira quanto ao plágio. Além disso, também evidenciou estudos que têm sido realizados para tratar sobre o plágio no meio acadêmico, considerando punições ou medidas educativas. A conclusão deste trabalho, a partir de todas essas variáveis, é que o caminho é a educação dos indivíduos para a competência em informação.

Neste sentido, foram discutidos aspectos exigidos para a formação de um autor, o que requer conhecimentos, habilidades e atitudes. Fica evidenciado, então, que ainda há um longo trajeto a ser percorrido considerando a necessidade do incentivo à educação para a informação desde o aprendizado básico dos brasileiros, com estratégias de incentivo aos indivíduos a fim de encontrarem a sua voz, a sua perspectiva na contramão da prática do plágio no meio acadêmico. É preciso que as pessoas sejam estimuladas a pesquisar, a refletir de forma autônoma acerca da informação que está sendo buscada e posteriormente será disseminada, ou seja, a competência em informação torna-se fundamental para que saibamos como realizar o uso ético da informação sem incorrer no plágio.

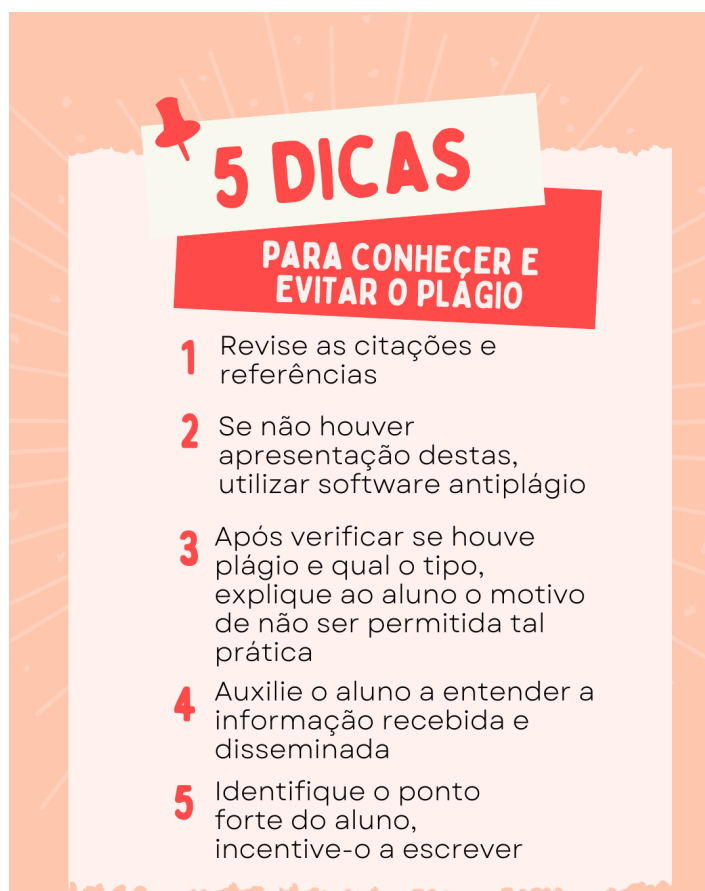
O desenvolvimento da competência em informação envolve a capacidade de busca, avaliação, síntese, apropriação e uso da informação. Todas essas ações precisam estar amparadas em uma postura ética e crítica. Com isso, uma pessoa estará mais segura para realizar um trabalho acadêmico, conseguindo relacionar as informações recebidas com pensamento crítico e reflexão, e assim, evitando a prática do plágio.

Embora a hipótese inicial deste trabalho fosse a de um mero desinteresse das pessoas para com a elaboração de um trabalho acadêmico, ao longo desta pesquisa descobriu-se a importância de outros fatores, como a falta de informação e, principalmente, de formação para lidar com ela.

Assim, tornou-se possível identificar que o problema plágio não é apenas uma questão de má índole por parte de quem o pratica, mas sim a má formação informacional daqueles que estão iniciando a sua vida acadêmica, onde na maioria das vezes não há uma construção de autoria, mas sim práticas de copiar o que já estava escrito em outro lugar. A chegada em uma universidade, na visão de um aluno sem a educação para a informação, proporciona, negativamente, a ideia de que não se sabe como produzir um resumo, uma resenha, muito menos um TCC.

Então, para o encerramento deste trabalho ser melhor construído, viu-se a necessidade de elaborar um quadro com 5 dicas aos bibliotecários que queiram identificar o plágio ou então educar para evitar este problema. Abaixo está a figura 8, representando as dicas que poderão auxiliar tanto o bibliotecário quanto os alunos e estudantes.

Figura 8 - Cinco dicas para os bibliotecários



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Assim, entende-se que a avaliação e revisão do conteúdo é importante tanto para o bibliotecário que lê, quanto para o aluno que redige o trabalho, tornando interessante a utilização da dica 2 para identificação do plágio a partir dos programas anti plágio. As dicas 3 a 5 destacam a importância da educação para a informação, ajudando o aluno a se entender e a entender os motivos que o levaram a tal prática. É imprescindível para um aluno, independente do ano de sua formação acadêmica, o incentivo à leitura e à escrita.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Paula Meneses. Competência Informacional e o uso ético da informação científica: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente acadêmico. Tese de Doutorado, UNESP, Brasil - UGR, Espanha, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143419>. Acesso em: 19 set. 2022.
- ALVES, Isabela de Sena. Instituto Viva Direitos, Inciso XXVII: Direito autoral, 2021. Disponível em: <https://portal.vivadireitos.org.br/direito-autoral/#:~:text=O%20primeiro%20registro%20com%20rela%C3%A7%C3%A3o,obras%20textuais%20criadas%20pelos%20professores> Acesso em: 17 set. 2022.
- ARAÚJO, C. A. A. (2021). Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação. **Palavra Chave (La Plata)**, 10(2), e116. Disponível em: <https://www.palavraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe116/13767>. Acesso em: 13 mai 2022
- ARAYA, ERM., and VIDOTTI, SABG. **Criação, proteção e uso legal de informação em ambientes da World Wide Web** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/fdx3q/pdf/araya-9788579831157.pdf>. Acesso em 7 set. 2022.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mediações digitais. **Revista de Ciência da Informação**. v.10, n.4, Ago 2009.
- BEZERRA, A. SCHNEIDER, M. **Competência Crítica em Informação: teoria, consciência e práxis**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. – (Coleção PPGCI 50 anos). 274p.
- Blog. JACOBSEN, Priscila. **Universidades Brasileiras contra o plágio**. Porto Alegre, 24 ago. 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibliotecacentral/universidades-brasileiras-contra-o-plagio/> Acesso em: 26 ago. 2022
- BORGES, Jussara. **Participação política, internet e competências infocomunicacionais: evidências a partir de organizações da sociedade civil de Salvador**. Salvador: Edufba, 2013.
- BORGES, J.; BEZERRA, L.; DIOMONDES, S.; COUTINHO, L. **Competências infocomunicacionais: um conceito em desenvolvimento**. XIII ENANCIB, 2012. . Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/181119>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- BORGES, Jussara. Competências infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação. **Informação & Sociedade: Estudos**, 28(1), 2018. Acesso em: 31 jul 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38289> Acesso em: 10 ago 2022

BASSETTE, Fernanda. REVISTA VEJA EDUCAÇÃO: **Pesquisa: 87% dos alunos chegam à universidade sem saber o que é plágio, 2018**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/pesquisa-87-dos-alunos-chegam-a-universidade-sem-saber-o-que-e-plagio/#:~:text=Pesquisa%20in%C3%A9dita%20realizada%20com%20alunos,conte%C3%BAdo%20em%20um%20trabalho%20acad%C3%AAmico.> Acesso em: 14 ago 2022.

BRANDÃO, G. SANTOS, J., BORGES, J. **Comportamento Infocomunicacional: um diagnóstico entre estudantes para a promoção de competências infocomunicacionais**. Inf. Inf., Londrina, v. 25, n. 4, p. 670 – 696, out./dez. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/156413>. Acesso em: 10 ago. 2022

BRASIL. **Compreendendo as Competências**. Ministério da Infraestrutura. Governo Federal. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/compreendendo-as-competencias> Acesso em: 14 ago 2022.

BRASIL **Intercessão de competência: conhecimento, habilidade e atitude**. Brasil. Ministério da Infraestrutura. Governo Federal. 2016, [s.p]. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/compreendendo-as-competencias> Acesso em: 14 ago 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243240> Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal dos Crimes contra a Propriedade Imaterial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm Acesso em: 22 ago 2022.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. **Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 47-62, dez. 2006.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPQ**, 2011. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda> Acesso em: 30 jul 2022

CONTI, Thomas. *In: Twitter*, 2020. Disponível em: https://twitter.com/ThomasVConti/status/1276718086410944512?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1276718086410944512%7Ctwgr%5Eff85d775e2082324bdb7baf5f5ab20d957ab2cb2%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.dw.com%2Fpt-br%2Fnovo-ministro-da-educac3A7C3A3o-C3A9-acusado-

[de-plC3A1gio-em-dissertaC3A7C3A3o-de-mestrado%2Fa-53968204](#). Acesso em: 19 set. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed., Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf Acesso em: 20 abr. 2022.

CRITICAL ART ENSEMBLE. **The Electronic Disturbance**. New York: Autonomedia, 1994. Disponível em: <http://critical-art.net/the-electronic-disturbance-1994/>. Acesso em: 07 set. 2022.

DUDZIAK, E.A. FAUSTO, S. **Plágio: onde está e por que acontece? Entrevista com o Prof. Marcelo Krokosz**. Ago. 2015. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/plagio/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FAZZIONI, D. P. D. M.; VITORINO, E. V. Competência em informação, sobrecarga de informação e vulnerabilidade em informação em estudantes de cursos pré-vestibular públicos e gratuitos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 116985, 2022. DOI: 10.19132/1808-5245283.116985. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/116985>. Acesso em: 4 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Manual do letramento informacional: saber buscar e usar a informação**. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2020. 384 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35957> Acesso em: 19 set. 2022

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1985.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. cap. 3, p. 26-32.

JARDES, Thamara. **A evolução histórica dos Direitos Autorais**. JusBrasil, 2014. Disponível em: <https://thajardes.jusbrasil.com.br/artigos/163165791/a-evolucao-historica-dos-direitos-autorais>

JOHANNES GUTENBERG. In: **Wikipédia**, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Johannes_Gutenberg. Acesso em: 05 set 2022.

KROKSCZ, Marcelo. **Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil.** Revista Brasileira de Educação, vol. 16, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tKsDQfr6xgRGbNTghvQRFnK/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 19 set. 2022.

KROKSCZ, Marcelo. **Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores.** São Paulo: Editora Atlas S. A. 2012. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1588> Acesso em: 02 ago 2022

LUCCA, D. M.; VITORINO, E. V. Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da ciência da informação: em foco, a fenomenologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 22-48, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146870>. Acesso em: 02 ago. 2022.

LUNDSTROM, K., Diekema, A. R., Leary, H., Haderlie, S., & Holliday, W. (2015). **Teaching and Learning Information Synthesis: An Intervention and Rubric Based Assessment. Communications in Information Literacy**, 60-82. Disponível em: <https://doi.org/10.15760/comminfolit.2015.9.1.176> Acesso em: 10 set 2022

MATA, Marta Leandro da. **A competência informacional de graduandos de biblioteconomia da região sudeste: um enfoque nos processos de busca e uso ético da informação.** 2009. 165 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93621>.

MATHIESEN, Kay. What is Information Ethics? **Computers and Society**, v. 32, n. 8, p. 1-36, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/696379/What_is_information_ethics. Acesso em: 22 jun. 2022.

Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. cap. 2, p. 31-42. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MORAES, Rodrigo. **“Autoplágio” e o mito de Sísifo: É possível repetição criativa no universo acadêmico-jurídico?** Pré impressão – Edições Almedina, S.A. Coimbra: 2015.

MATEUS, Sérgio. SILVA, Josias. Silva, Levy de Souza. **PLÁGIO: CONCEITO, TIPOS E SUA FUNÇÃO METODOLÓGICA.** Boletim do Museu Integrado de Roraima (Online), Brasil, v. 13, n. 01, p. 23–32, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/bolmirr/article/view/876>. Acesso em: 13 set. 2022.

OLIVEIRA, Alessandra de. **O cenário do plágio no meio acadêmico: estudo de caso na UFTM.** 2020, 137f. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2020.

OLIVEIRA, Marta Melo de. **Plágio na constituição de autoria: análise da produção acadêmica de resenhas e resumos publicados na internet.** 2007, 151f. Dissertação de mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil, 2007. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25280> Acesso em: 22 ago. 2022.

PARK, Chris. **In Other (People's) Words: plagiarism by university students - literature and lessons.** *Assesment & Evaluation in Higher Education*, vol. 28, No. 5, oct 2003. Disponível em: https://www.lancaster.ac.uk/staff/gyaccp/caeh_28_5_02lores.pdf Acesso em: 03 ago 2022.

PERKEL, D. **Letramento do Copiar e Colar? Práticas de letramento na produção de um perfil Myspace.** *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 49(2):493-511, Dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/rZ7DBWTZ6yR3cfWLnDGLpCL/?lang=pt> Acesso em: 13 set. 2022

PETRARCA. *In: Wikipédia: a enciclopédia livre*, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Petrarca. Acesso em: 09 set 2022.

PINHEIRO, A. P.; FELÍCIO, R. de P. **Copiar-colar e remix: o que a escola tem a ver com isso?** *Calidoscópio*, v. 14, n. 1, p. 59-69, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2016.141.05>. Acesso em: 07 set. 2022

PLÁGIO. *In: DICIO, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/trabalho/>. Acesso em: 7 ago 2022.

RODRIGUES, Charles; BLATTMANN, Ursula. **Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento.** *Perspectivas em Ciência da Informação*. 19 (3), Set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/RMwpcd5QyLSBnTxkM3YHtDw/?lang=pt> Acesso em: 10 ago 2022.

SANCHES, T. Citar e referenciar: uma estratégia formativa para o uso ético da informação e prevenção do plágio em meio acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 3, p. 60-73, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123144>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SANCHEZ, Otávio P.; INNARELLI, Patricia B. Desonestidade acadêmica, plágio e ética. **Especial ética em tempos de crise**. vol. 11, n.1, jan/jun 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/26325/22800-41264-1-PB.pdf>

SILVA, Daniel. Iluminismo. *In: Mundo Educação*, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/wepEw> Acesso em: 04 Ago 2022

SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Revista Brasileira de Educação**. 13 (38). Ago 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PK7VSKjhMWTqCrsPQrVYTDb/>. Acesso em: 01 ago 2022.

SILVA, Luiz Eduardo Martinelli. **APROFUNDANDO AS CAUSAS DA PRÁTICA DE PLÁGIO: Análise das razões inerentes ao sistema de educação universitária e de produção acadêmica**. Jan. 2021. Disponível em: <https://www.gedai.com.br/aprofundando-as-causas-da-pratica-de-plagio/> Acesso em: 01 ago 2022.

TERRA, A. L.; MOREIRA, D.; GOMES, F. Detecção e combate ao plágio em contexto acadêmico: descrição de um projeto desenvolvido no âmbito de um curso de graduação em ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 14, p. 742-763, 2021. Acesso em: 26 jul. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Dimensões da competência informacional (2)**. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

WACHOWICZ, Marcos. **Plágio acadêmico**. Curitiba: Gedai Publicações/UFPR, 2016. 224p. Disponível em: https://ibpieuropa.org/?media_dl=767 Acesso em: 10 jul 2022.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de Informação**. São Paulo: Cultura, 1991.

ZURKOWSKI, Paul G. **Information services environment relationships and priorities**. Washington, D.C: National Commission on Libraries and Information Science, 1974. (Related Paper, No. 5). Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 02 ago 2022